

Políticas e programas para a educação básica brasileira nos anos 2000

***Brazilian basic educational policies and programs
in the years 2000***

***Políticas y programas para la educación básica brasileña
en los años 2000***

Como sabemos, o usufruto da educação básica de qualidade para todos, pela maioria da nossa população, é ainda uma meta a ser alcançada. Isto significa dizer que há inúmeros problemas e desafios a serem superados. Há que se reconhecer, no entanto, a existência de avanços nessa direção, fruto de respostas governamentais às reivindicações e demandas advindas, sobretudo, de setores organizados do campo educacional. Vale reconhecer nisto as possibilidades de organização e de expressão resultantes da democracia política, em regime que está completando 25 anos no Brasil e que representa o maior período de sua vigência entre nós desde que nos tornamos uma República.

Não por coincidência, fruto do próprio tempo de democratização, a RBPAE também está completando o seu jubileu de prata. Acompanha esta trajetória da sociedade brasileira, marcada pela contínua socialização de resultados de estudos, pesquisas e experiências voltados para a democratização da educação e do ensino. Para comemorar, nada mais oportuno do que o dossiê aqui apresentado que versa sobre a análise de políticas governamentais destinadas à educação básica.

Esse dossiê nasceu de uma avaliação de anpaeanos que se ressentiam da necessidade de uma análise acadêmica e pormenorizada das principais políticas, programas e ações que o Ministério da Educação (MEC) vem desenvolvendo no âmbito da educação básica, com ênfase naquelas implementadas desde o início do governo de Luis Inácio Lula da Silva, em 2003.

Neste sentido, tem-se um conjunto de dez artigos agrupados em torno de quatro grandes temáticas que procuram, de distintas perspectivas teórico-analíticas, focalizar a continuidade e as mudanças nos programas e projetos para a educação básica que têm tido vigência nessa primeira década dos anos 2000.

Assim, sob a temática *continuidade e mudanças nas políticas e práticas de gestão educacional* situam-se três artigos: "As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências", "Programas federais para a gestão da educação básica: continuidade e mudanças" e "A gestão escolar no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras". O primeiro procura fornecer uma visão de conjunto do que permaneceu e do que mudou das políticas para a educação básica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e do

governo Lula, iniciado em 2003, bem como do que mudou entre o primeiro e o segundo governos do próprio Lula, problematizando e analisando o padrão imprimido às políticas educativas e suas conseqüências. O segundo, também de uma perspectiva comparada, aborda a explicitação dos referenciais normativos de programas federais dirigidos à gestão da educação com vistas à sua democratização. Focaliza, sobretudo, o poder local e ações de colaboração entre a União e os municípios expressas no Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (PRADIME), Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE) e o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pro-Conselho). O terceiro, por seu turno, contém uma reflexão sobre as repercussões de experiências de gestão escolar, implementadas por programas de financiamento internacional: o Fundescola e o Pró-Qualidade. Demonstra, dentre outras coisas, que, dentro da esfera governamental pública, representada pelas escolas, convivem duas concepções antagônicas de gestão educacional, provenientes de diferentes matrizes teóricas, o que concorre para fragmentar práticas de formação e de gestão escolar.

Agrupados na temática *políticas de formação e de valorização dos profissionais da educação* estão dois artigos. “O movimento dos educadores e sua valorização profissional: o que há de novo em anos recentes?”, que discute as estratégias de articulação das entidades acadêmicas para interferirem nos processos de formulação de ações governamentais para a formação docente, seu padrão de remuneração e condições de trabalho. Discute também os principais programas do MEC, no que diz respeito aos aspectos vinculados à melhoria da atuação profissional dos profissionais da educação básica. “Escola de gestores: política de formação em gestão escolar”, por sua vez, analisa particularmente o Curso de Especialização em Gestão Escolar e seu papel no processo de formação de gestores de escolas públicas, a partir da focalização dos seus princípios norteadores, quais sejam: a gestão democrática, educação como direito e qualidade social da educação.

A terceira temática engloba dois trabalhos que procuram responder à interrogação: novos padrões para as políticas de avaliação da educação básica? Um deles, intitulado “Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado”, analisa a ampliação do número de avaliações, mapeando as provas destinadas a medir o desempenho dos alunos na educação básica, indicando seus objetivos, semelhanças, diferenças. Apresenta, ainda, considerações acerca da avaliação em um contexto mais macro, de redefinições do papel do Estado. O outro artigo, “Provinha Brasil: monitoramento da aprendizagem e formulação de políticas educacionais”, aborda possíveis contribuições do *Provinha Brasil* para a formulação de políticas de reorientação do ensino de alfabetização, discutindo a ausência de consenso sobre concepções de alfabetização e sobre práticas alfabetizadoras. Examina também instrumentos e materiais que constituíram a primeira versão do *Provinha Brasil* e analisa o caso de uma rede pública municipal de ensino que, no ano de 2008, utilizou o *Provinha* para redefinir suas prioridades na formação continuada de alfabetizadores.

Finalmente, na última temática, que é *rupturas e continuidade nas políticas de financiamento e planejamento da educação básica*, estão os

trabalhos “O financiamento da educação no governo Lula”, “Financiamento da educação e remuneração docente: um começo de conversa em tempos de piso salarial” e “A Conferência Nacional de Educação, o Plano Nacional e a construção do Sistema Nacional de Educação.” O primeiro aborda os principais programas lançados nas duas gestões do governo Lula, tendo por fonte de dados os relatórios anuais da Secretaria do Tesouro Nacional com os demonstrativos das despesas da União com manutenção e desenvolvimento do ensino. Mostra, dentre outras coisas, que embora o governo Lula tenha lançado um conjunto significativo de novos programas com forte impacto na educação superior e na educação básica, as despesas do governo federal somente apresentaram um crescimento em relação ao PIB no final do período analisado. O segundo artigo examina possíveis relações entre dados do Fundef e da remuneração docente. Para isto apresenta dados de salário e remuneração de docentes em redes estaduais, nos anos de 1997 e 2007, e os valores aluno ano do Fundef nos Estados, em 1998 e 2006. Estabelece como parâmetros de comparação os indicadores INPC, ICV e o salário mínimo. A análise revela a persistência de variações salariais que reforçam os padrões de desigualdade regionais do país, ainda que seja possível observar tendências de recomposição salarial acima da inflação no período de vigência do Fundef. O último artigo busca situar o movimento em prol da efetivação da Conferência Nacional de Educação (Conae), destacando, nesse processo, a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE), bem como as bases para a avaliação e estabelecimento de diretrizes para um novo Plano Nacional de Educação (PNE). Neste contexto é indicado que as políticas e gestão para a educação devem se efetivar por meio de políticas de Estado que possibilitem a ampla participação da sociedade brasileira.

Dada a mobilização, na agenda da política educacional brasileira, em torno da Conferência Nacional de Educação, incluímos na seção documentos um pronunciamento de Benno Sander, em reunião que congregou associações nacionais da área da educação no âmbito da organização da CONAE, em fevereiro de 2009. No pronunciamento, intitulado *a Conferência Nacional de Educação na dimensão dos direitos humanos*, o presidente da ANPAE sublinha a importância e a pertinência históricas da inserção dos direitos humanos como fio condutor que perpassa as temáticas da Conferência.

Uma menção final cabe à colaboração de Nalú Farenzena, mesmo afastada do país para estudos pós-doutorais, e de nosso presidente, Benno Sander, na preparação dos originais; e à participação dos autores que prontamente aceitaram o projeto. Com grande prazer, juntos colocamos o dossiê à disposição dos muitos e sempre mais leitores; este é o número especial que integra a tríade comemorativa dos 25 anos de nossa Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.

Maria Beatriz Luce
Editora

João Ferreira de Oliveira

Janete Maria Lins de Azevedo